

**CLASSES MÉDIAS E MANIFESTAÇÕES
PRÓ-IMPEACHMENT NA CIDADE DE SÃO PAULO:
uma análise dos movimentos e manifestantes**

***MIDDLE CLASSES AND PRO-IMPEACHMENT
DEMONSTRATIONS IN THE CITY OF SÃO PAULO:
an analysis of the movements and demonstrators***

Gustavo Casasanta Firmino*

Resumo

No presente artigo, realizamos uma análise combinada do perfil dos dois principais movimentos que organizaram os atos em favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o *Vem Pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre*, e do público que compareceu às manifestações convocadas por essas organizações, na cidade de São Paulo. Desenvolvemos ao longo do texto a ideia de que as manifestações contaram, primordialmente, com um público proveniente das classes médias, em especial da alta classe média, o que pode ser atestado, além de outros fatores, pela marcante prevalência de uma ideologia de tipo meritocrática entre os manifestantes. Levantamos ainda alguns elementos – de ordem econômica, política e ideológica – concernentes ao ciclo dos governos petistas, capazes de explicar a forte rejeição a esses governos entre a alta classe média.

Palavras-chave: Manifestações pró-impeachment. Alta classe média. Ideologia meritocrática. Crise do ciclo dos governos petistas.

Abstract

This article performs a combined analysis of the profile of both main social movements which organized the acts in favor of the impeachment of former president Dilma Rousseff, *Vem Pra Rua* and *Movimento Brasil Livre* and of the public who attended the demonstrations convened by these organizations, in the city of São Paulo. Throughout the paper it has been developed the idea that the demonstrations have counted primarily with a public from the middle classes, especially, the higher middle class, what could be attested, among other facts, by the marked prevalence of a meritocratic ideology among the demonstrators. Some elements also have been raised - from economical, political and ideologic order - concerning the cycle of PT governments, capable of explaining the strong rejection to these governments among the upper middle class.

Keywords: Pro-impeachment demonstrations. Upper middle class. Meritocratic ideology. Crisis of the cycle of PT governments.

* Doutorando em Ciência Política na Unicamp/Brasil. E-mail: gucasasanta@gmail.com

Introdução

As manifestações de rua, ocorridas ao longo de 2015 e 2016 no Brasil, foram um importante ingrediente da crise política que levou ao impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Neste artigo, propomos uma análise combinada do perfil dos dois principais movimentos que organizaram os atos pró-impeachment, o *Vem Pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre*, sua plataforma reivindicativa e ideologia política, e do perfil socioeconômico e ideológico dos manifestantes que compareceram aos atos convocados por esses movimentos, na cidade de São Paulo. A partir dessa dupla análise – movimentos e manifestantes –, argumentamos que as manifestações contaram com um público majoritariamente proveniente das classes médias, em especial, da alta classe média. O perfil dos movimentos e dos participantes das passeatas pró-impeachment é apresentado na primeira parte do artigo. Em um segundo momento, desenvolvemos a tese que orienta nossa comunicação, a de que as manifestações devem ser entendidas como um fenômeno estreitamente vinculado à alta classe média, o que pode ser atestado pela prevalência de uma ideologia de tipo meritocrática entre os manifestantes. Na terceira e última seção, apontamos alguns fatores que nos parecem decisivos para compreender a forte oposição que setores das classes médias manifestaram em relação ao ciclo dos governos petistas.

Movimentos e manifestantes: um perfil¹

As expressivas manifestações pró-impeachment ocorridas no período recente – e que levaram às ruas milhares de manifestantes em centenas de cidades – contaram com a presença de uma profusão de organizações com perfis variados: grupos religiosos, associações profissionais, associações patronais, centrais sindicais, partidos políticos e movimentos sociais. Para os fins deste artigo, nossa leitura atentar-se-á apenas para os movimentos *Vem Pra Rua* e *Movimento Brasil Livre* (adiante identificados como VPR e MBL, respectivamente). Dos movimentos antipetistas que emergiram a partir de 2013, o VPR e MBL foram os que apresentaram maior capacidade de mobilização social e maior visibilidade nos meios de comunicação tradicionais.

O VPR surge em outubro de 2014, durante o segundo turno das eleições presidenciais daquele ano, embora as primeiras movimentações em torno da organização efetiva do movimento remontem ao mês de agosto, quando da fundação do fracassado “Movimento Basta!”. Segundo a história oficial do VPR, a iniciativa teve origem numa rede de profissionais liberais – advogados, jornalistas, médicos – dotados de bons contatos sociais e influência. Na visão de seus fundadores, caberia

¹ Ver tabela no final deste artigo.

a esse grupo de pessoas, privilegiadas por possuírem uma boa educação, informação e posição privilegiada de mercado, a iniciativa de impulsionar o movimento (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p. 15-16). Também merece destaque a grande quantidade de empresários que se articularam em torno da organização do VPR (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p. 47). Vale notar ainda que *Vem Pra Rua* havia sido um dos principais motes das manifestações de rua ocorridas em junho de 2013 (que se arrastaram, com menor fôlego, até o mês de julho) e que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, o que indica a intencionalidade de disputar o seu sentido. De acordo com os idealizadores do movimento, as manifestações de junho haviam demonstrado que ocupar as ruas era o caminho para transformar o cenário político do país (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p.15).

Por sua vez, o MBL seria oficializado em novembro de 2014, logo após o fim do segundo turno das eleições presidenciais, conquanto sua primeira aparição digital tenha ocorrido em junho de 2013, sem maiores repercussões. Diversas evidências apontam que o MBL surgiu como um braço da organização “Estudantes pela Liberdade” (EPL), fundada em 2012, e que atua como a seção brasileira da *Students For Liberty*, organização de perfil “libertariano” criada em 2008 nos Estados Unidos, com o objetivo de descobrir e treinar jovens lideranças universitárias tendentes ao “libertarianismo”. Mais precisamente, o MBL teria sido uma tentativa do EPL de promover suas pautas nas manifestações de junho de 2013 (GOBBI, 2016, p. 45-74). O próprio termo “MBL” também remonta às manifestações de junho, que se iniciaram com os protestos conduzidos por uma organização de nome quase idêntico, MPL (Movimento Passe Livre²), em oposição ao aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo. Lideranças do VPR e do MBL apoiariam Aécio Neves, candidato derrotado do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à presidência da República contra Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT.

É possível notar que os movimentos compartilham princípios semelhantes. O VPR defende a eficiência e transparência dos gastos públicos, redução da carga tributária e da burocracia, liberdade econômica, empreendedorismo e livre iniciativa (VEM PRA RUA, 2018). O MBL exige a privatização dos bancos nacionais, presídios e do transporte urbano, o fim da “função social” da propriedade privada (que não poderia ser, em nenhum sentido, relativizada), redução de impostos e uma ampla abertura comercial ao capital estrangeiro, nos mais diversos ramos da economia (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2018). O apelo à luta contra a corrupção – estreitamente identificada com os governos do PT – foi uma constante nos discursos do VPR e MBL, desde seu surgimento até a deposição de Dilma Rousseff. Em suma, ambos os movimentos compartilham um discurso antipetista, de defesa do “livre mercado” e da concorrência capitalista (TATAGIBA *et al.*, 2015, p.16).

Em que pese as declarações iniciais de “apartidarismo” e um apelo difuso em prol da “renovação política”, lideranças do VPR e MBL concorreram às eleições municipais de 2016 por legendas que fizeram oposição aos governos petistas há

2 Movimento de esquerda com perfil autonomista, formado majoritariamente por estudantes secundaristas e universitários.

muito conhecidas na cena política nacional. Outras lideranças concorreram pelo Partido Novo, agremiação criada em 2011 e que obteve seu registro partidário em setembro de 2015, dias antes do encerramento de prazo para criação de novos partidos aptos a participar das eleições municipais de 2016. Presente nas manifestações pró-impeachment, o Partido Novo apresenta forte viés liberal e defende a redução das áreas de atuação do Estado (PARTIDO NOVO, 2018). Para as eleições de 2018 o mesmo cenário deverá se repetir. Lideranças vinculadas ou oriundas³ do VPR e MBL vêm admitindo publicamente o interesse em lançar candidaturas, por meio de diferentes legendas.

Os movimentos em questão convocaram atos unificados em várias cidades e capitais, abrangendo todas as regiões do país contra o governo Dilma Rousseff (PT) e a corrupção nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015, e em 13 de março de 2016. A adesão aos protestos sofreu oscilações⁴. Tomando por base dados como escolaridade, renda, ocupação e cor de pele dos manifestantes, podemos traçar um perfil socioeconômico daqueles que foram às ruas. Utilizaremos como referência as medições realizadas pelo Instituto Datafolha nas quatro ocasiões. Faremos uso ainda de duas pesquisas coordenadas pelos professores Pablo Ortellado (USP) e Eshter Solano (Unifesp), referentes aos atos de 12/04/2015 e 16/08/2015. Todas as medições se referem às manifestações ocorridas na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. O alto índice de correspondência entre as respostas fornecidas pelos entrevistados justifica a tentativa de estabelecermos um “perfil” dos manifestantes.

Para facilitar a exposição, apresentaremos os percentuais das pesquisas do Datafolha pela ordem cronológica das manifestações: 15/03/2015, 12/04/2015, 16/08/2015 e 13/03/2016. No que se refere à escolaridade, declararam possuir Ensino Superior, respectivamente, 76%, 77%, 76% e 77%. O índice dos entrevistados pelo Datafolha que declararam possuir renda familiar mensal entre 5 e 10 salários mínimos mensais foi de 27%, 24%, 25% e 26%; na faixa entre 10 e 20 salários, 22%, 25%, 25% e 24%; entre 20 e 50 salários, 16%, 13%, 14% e 11%; e 3% alegaram que sua renda familiar ultrapassava 50 salários mínimos mensais nas três

3 Os membros do VPR são obrigados a se desligar do movimento antes de anunciarem candidatura e/ou ingressarem em algum partido, o que não ocorre no caso do MBL. No site deste, é possível encontrar uma relação dos parlamentares pertencentes ao movimento (8 vereadores e 1 deputado federal, na sua maioria filiados ao PSDB).

4 Se considerarmos as medições realizadas na cidade de São Paulo (que reuniu o maior número de pessoas nas quatro ocasiões) pelo Instituto Datafolha, o número de manifestantes teria regredido de 210 mil em 15/03/2015 para cerca de 100 mil em 12/04/2015, ao passo que o ato realizado na Avenida Paulista, em 16/08/2015, teria contado com a presença de 135 mil manifestantes. A maior manifestação ocorreu em 2016, no dia 13 de março; ao todo, teriam comparecido cerca de 500 mil participantes. Em 13/12/2015, diversos atos antigoverno foram convocados nacionalmente, mas não contaram com a coordenação do VPR e MBL. Mais esvaziados que em ocasiões anteriores (em São Paulo, segundo o Datafolha, havia cerca de 40 mil pessoas), os atos foram convocados por movimentos defensores da intervenção militar, como o “Revoltados Online” e o “Avança Brasil”. A data dos protestos coincidiu com o 47º aniversário do Ato Institucional n. 5, promulgado durante a Ditadura Militar.

primeiras medições, índice que chegou a 2% na quarta aferição. Os dados sobre ocupação, fornecidos pelo instituto, dão conta de que o número de assalariados registrados era, respectivamente, de 37%, 35%, 33% e 31%; empresários, 14%, 10%, 13% e 12%; profissionais autônomos regularizados, 11%, 15%, 13% e 12%; profissionais liberais de nível universitário, 7% nas três primeiras pesquisas e 8% em 13/03/2016; funcionários públicos, 4%, 6%, 7% e 5%. Quanto à cor da pele, os que se autodeclararam brancos eram 69%, 73%, 75% e 77%; pardos: 20%, 18%, 17% e 15%; negros, 5%, 4%, 3% e 4%. O público masculino foi predominante nas quatro ocasiões: 63%, 56%, 61% e 57% (DATAFOLHA, 2018a).

As pesquisas coordenadas por Ortellado e Solano, nos atos de 12/04/2015 e 16/08/2015, obtiveram resultados semelhantes. Em relação à escolaridade, declararam possuir ensino superior (completo ou incompleto), 80,1% dos entrevistados na primeira pesquisa e 77,5% na segunda. Respectivamente, aqueles que declararam renda entre 5 e 10 salários mínimos totalizaram 24,3% e 22,5% dos manifestantes; entre 10 e 20 salários, 29,6% e 28,9%; e acima de 20 salários, 20% e 19,5%. Quanto à cor da pele, os autodeclarados brancos totalizavam 77,4% dos entrevistados na primeira manifestação e 73,6% na segunda, enquanto aqueles que se declararam pardos eram 13,3% e 15,1%, e os pretos 4,9% e 5,7%. Mais uma vez o público masculino foi predominante: 54,6% e 57, 3% (ORTELLADO; SOLANO, 2018a; 2018b).

Quando comparamos os dados acima apresentados com aqueles referentes ao conjunto da população da cidade de São Paulo, podemos constatar um grande descompasso (DATAFOLHA, 2018a). É possível afirmar, com base nessa comparação, que os protestos convocados pelo VPR e MBL atraíram, preferencialmente, um perfil específico de manifestante, em geral, branco, com alta escolaridade e renda correspondente. Destaca-se ainda o alto número de profissionais autônomos, profissionais liberais de nível superior e empresários⁵. Tal perfil parece indicar uma forte participação das classes médias nessas manifestações, em especial da alta classe média, como procuraremos demonstrar adiante. Por sua vez, as lideranças dos movimentos são predominantemente homens brancos que se apresentam como empresários (TATAGIBA, *et al*, 2015, p.1).

Ao analisarmos, tendo por base a percepção sobre movimentos sociais, partidos políticos e órgãos de imprensa, aquele que seria o perfil político-ideológico dos participantes nos atos convocados pelos movimentos supracitados, verificamos

5 Notemos também que o número de funcionários públicos, na média (5,5%), é quase duas vezes superior em relação ao conjunto dos habitantes da cidade de São Paulo, segundo levantamento do próprio Datafolha para o ano de 2015 (3%) (DATAFOLHA, 2018a). Já o alto número de assalariados registrados, numa média das quatro manifestações (34%), se aproxima do índice correspondente ao da capital paulista (32%) (*idem*). Os elevados índices de escolaridade e renda entre o conjunto dos manifestantes permitem supor que parte considerável dos assalariados esteja alocada em funções que pressupõem certo nível de qualificação (gerência, supervisão, controle, etc.), o que denotaria um perfil de assalariamento de classe média. Infelizmente não dispomos, no presente momento, da base de dados das pesquisas, que nos permitiria realizar o cruzamento entre a renda, escolaridade e ocupação dos manifestantes.

que a rejeição a partidos políticos e movimentos sociais possuidores de uma base social popular é alta: em 12/04/2015, 73,2% dos manifestantes disseram não ter confiança nenhuma nos partidos (índice que chega a 96% em relação ao PT); 79,2% declaram não ter confiança alguma no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); e 84,4% não têm nenhuma confiança no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (ORTELLADO; SOLANO, 2018a). Na mesma ocasião, 70,8% declararam confiar muito no *Vem Pra Rua*, enquanto 52,7% disseram o mesmo em relação ao *Movimento Brasil Livre* (este último possuía um maior índice de desconhecimento: 15,9% contra apenas 2,3% do primeiro) (ORTELLADO; SOLANO, 2018a). Quanto à confiança nos canais de imprensa, sobressaem menções positivas à Revista *Veja* (51,8% dos manifestantes disseram confiar muito), ao passo que Reinaldo Azevedo e Raquel Sherazade foram os “comentaristas políticos” que, com larga vantagem, obtiveram o maior índice de menções positivas (ORTELLADO; SOLANO, 2018a).

Isso não significa, todavia, que o discurso econômico liberal disseminado pelos movimentos e suas lideranças seja encampado integralmente pelos manifestantes, como veremos. Indo além, o “livre mercado” não foi o valor prevalecente entre aqueles que exigiam o impedimento de Dilma Rousseff, mas sim a defesa do meritocratism. A estreita conexão entre (alta) classe média e ideologia meritocrática fornece uma importante chave explicativa acerca do sentido das manifestações.

Meritocracia e (alta) classe média

A percepção manifesta dos participantes dos atos pró-impeachment em relação a algumas políticas sociais, encampadas no plano federal pelos governos petistas, nos ajuda a compreender certos valores sociais e políticos predominantes nesse público. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 13/03/2016 revelou que 81% dos manifestantes concordam que beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família, ficam preguiçosos (PERSEU ABRAMO, 2018). Por sua vez, 79,5% dos manifestantes de 16/08/2015 concordaram (total ou parcialmente) que pessoas negras não deveriam usar a cor da pele para obter “privilégios” como as cotas raciais, ao passo que 70,4% defenderam (total ou parcialmente) ser justo que aqueles que estudaram e se esforçaram na vida usufruam de alguns “privilégios” (ORTELLADO; SOLANO, 2018b). Segundo a mesma pesquisa, 97,7% dos manifestantes se declararam total ou parcialmente favoráveis a que o Estado forneça educação a todos os brasileiros (92,3% foram totalmente favoráveis), e 96,5% defenderam que a educação pública deve ser gratuita (86,9% foi o índice dos totalmente favoráveis à essa premissa) (ORTELLADO; SOLANO, 2018b).

Uma interpretação possível desses dados é a de que as políticas de cunho redistributivo e afirmativo ferem a ideologia meritocrática, fortemente presente nas classes médias. Notemos que os benefícios concedidos pelo Bolsa Família desvinculam a renda do trabalho, ao passo que a adoção de medidas como as cotas (raciais e sociais) para ingresso no Ensino Superior afronta o princípio da igualdade

formal na concorrência interindividual às vagas nas universidades públicas (que no Brasil, historicamente, se constituíram como reduto das classes médias e superiores). Ao mesmo tempo, o expressivo apoio à vigência de um sistema de educação público e gratuito pode ser entendido como um reforço dessa mesma ideologia meritocrática, cujo pressuposto fundamental é a existência de um aparelho escolar “neutro” e formalmente aberto a todos⁶.

Avançemos, então, uma definição de “classes médias” capaz de justificar a conexão pretendida entre tais setores sociais e a ideologia meritocrática. Consideramos como pertencente às classes médias o amplo e heterogêneo contingente dos trabalhadores “não manuais”, quer sejam assalariados ou não, independentemente do setor de atuação (público ou privado). A divisão entre trabalhadores “manuais” e “não manuais”, por sua vez, é entendida como decorrente da divisão capitalista do trabalho, que reproduz permanentemente uma oposição entre trabalho de execução e trabalho de concepção/direção (SAES, 2005, p.100-105). Partindo da ideologia burguesa de valorização do trabalho em geral ou da ascensão pelo trabalho (que justifica as desigualdades sociais em razão da capacidade diferencial de trabalho e/ou esforço dos indivíduos), os trabalhadores de classe média chegam a um resultado particular: a valorização de um tipo específico de trabalho – aquele tido como “intelectual” – em detrimento do trabalho manual⁷ (BOITO JR., 2004, p. 221); (SAES, 2005, p. 100). Logo, a meritocracia pode ser entendida como uma ideologia de segunda ordem ou derivada (da ideologia de valorização do trabalho em geral) tendo, como tal, a função de legitimar e/ou reforçar as desigualdades entre trabalhadores manuais e não manuais. Enquanto ideologia orgânica própria aos trabalhadores de classe média, a meritocracia tende a justificar e naturalizar a hierarquia do trabalho como sendo a expressão de uma pirâmide natural de “dons e méritos”, no sentido indicado por Bourdieu e Passeron (2014).

Em decorrência da grande heterogeneidade existente no interior das classes médias, a adesão a valores meritocráticos pode comportar variações significativas. Assim, seria possível identificar dois segmentos distintos entre os trabalhadores não manuais: um primeiro, formado por trabalhadores propriamente intelectuais na acepção estrita do termo (para os quais o exercício da criatividade é um valor importante) e um segundo, composto por trabalhadores cuja atividade é predominantemente mental, porém, dotada de um caráter reiterativo, e não criativo ou inovador (SAES, 2005, p. 100). Entre os trabalhadores intelectuais propriamente

6 A esse respeito, pode-se consultar as indicações contidas em Bourdieu e Passeron (2014). Não é fortuito que tenha cabido à “classe média” o papel dirigente na luta pela instauração de um sistema de educação escolar pública em diferentes formações sociais capitalistas (SAES, 2005, p. 101).

7 Assim procedendo, e para os fins aqui perseguidos, optamos por deixar de fora da nossa reflexão o contingente dos “pequenos proprietários” (pequena burguesia) que, no quadro de algumas análises, são considerados como uma fração das classes médias (MILIOS; ECONOMAKIS, 2011). Ao desempenhar funções “manuais”, o pequeno proprietário não se caracteriza, no plano ideológico, pela defesa do meritocratismo, mas sim pela rejeição ao assalariamento, entendido a partir da perspectiva de subordinação direta ao capital (SAES, 1977, p. 98-100).

ditos, portadores de alto grau de autonomia e criatividade, a ideologia meritocrática tende a se expressar com maior vigor. Certas situações de trabalho – formas e montante da remuneração auferida, nível de socialização do trabalho, conteúdo do trabalho, qualificações exigidas, complexidade das tarefas executadas, grau de autonomia, exercício (ou não) de atividade de direção ou controle sobre outros trabalhadores, etc. – predisõem os trabalhadores de classe média a apegar-se ao meritocratismo enquanto outras não o estimulam tão intensamente (BOITO JR., 2004, p. 222-224). Pois bem, é entre os trabalhadores da alta classe média, que a ideologia meritocrática tende a se afirmar com maior ênfase.

De nossa parte, pensamos que termos como “alta” e “baixa” classe média poderiam ser compreendidos como uma “noção prática de pesquisa”⁸. Isso porque não designam propriamente frações de classe média discerníveis no nível econômico e distintas entre si, mas situações de trabalho portadoras de maior ou menor autonomia e independência ou, ainda, situações de trabalho que guardam maior ou menor distância em relação a uma condição de subsunção (real) ao capital. As diferentes situações de trabalho, derivadas da posição ocupada pelo trabalhador de classe média na estrutura econômica, portam efeitos político-ideológicos que não devem ser desprezados. Entre os trabalhadores de classe média, a ideologia meritocrática se faz acompanhar do rebaixamento social e profissional dos trabalhadores manuais e do temor face à possibilidade (real ou imaginária) de proletarização⁹. Tais indicações, concernentes à posição dos trabalhadores não manuais na divisão capitalista do trabalho, adquirem feição própria numa formação social, como a brasileira, na qual a instituição da escravidão se fez por tanto tempo presente, sobredeterminando o estigma social relacionado ao trabalho manual.

Cavalcante e Arias propuseram a seguinte caracterização da alta classe média brasileira: em termos de renda, são famílias com rendimento superior a 10 salários mínimos e não pertencentes ao 1% mais rico da sociedade; no que respeita às relações de produção e propriedade, seriam assalariados em cargos de gerência técnica e administrativa e profissionais liberais ou autônomos com elevada qualificação; e, no campo social mais amplo, seriam aqueles que monopolizam o acesso ao capital cultural. Engenheiros, economistas, médicos e demais profissionais da saúde, advogados, funcionários públicos de alto escalão e professores

8 A ideia de que a “classe média” corresponde a uma “noção prática” está presente em Saes (1977, p. 99), conquanto a empreguemos aqui de maneira particular.

9 Ao analisar o comportamento político e as percepções sociais da “classe média” paulistana no contexto da crise econômica que se inicia no começo dos anos 1980, e encerra o período do chamado “milagre econômico” da década anterior, Bonelli (1989, p. 54) destacou a forte necessidade dessa classe em distinguir-se dos de baixo, proveniente do seu temor de descenso na estrutura social. No campo sindical, uma característica importante das organizações representativas de trabalhadores de classe média é a defesa do “salário relacional”, isto é, a defesa não apenas do poder aquisitivo salarial, mas também da posição relativa que o salário de determinada categoria “intelectual” deve ocupar na escala social das profissões concebidas pelo meritocratismo, o que pressupõe um rebaixamento do trabalho manual (BOITO JR., 2004, p. 228-31).

universitários seriam, ainda segundo os autores, grupos profissionais típicos da alta classe média no Brasil¹⁰ (CAVALCANTE; ARIAS, 2017, p. 5).

O apego à ideologia meritocrática também contribui para explicar por que a luta anticorrupção sensibiliza preferencialmente a classe média. Tal ideologia dispõe de um terreno particular e privilegiado de realização: o Estado de tipo capitalista, cujo caráter formalmente “público” de suas instituições (erigido em ícone para os burocratas de classe média¹¹) não poderia ser maculado pelo poder econômico (BOITO JR., 2017, p. 17). Embora setores sociais distintos possam engajar-se, por diferentes motivos, na luta contra a corrupção, somente a “classe média” mantém uma relação unívoca e preferencial com a bandeira da luta contra a corrupção, percebida como mal absoluto da sociedade, para o qual prescreve o remédio da reforma jurídica e moral (BOITO JR., 2017, p. 17). Se a afirmação de que o meritocratismo tende a se fazer mais presente entre os trabalhadores da alta classe média é correta, podemos argumentar também que é comumente nesse setor social que o apelo à luta anticorrupção encontra maior adesão. Entre os manifestantes de 13/03/2016, 58% citaram espontaneamente a corrupção como motivação para comparecerem ao ato (maior número de menções), ao passo que a identificavam preferencialmente aos governos do PT (Lula e Dilma), considerados os mais corruptos por 85% (PERSEU ABRAMO, 2016). A “corrupção” também foi apontada de maneira espontânea, por 66% dos entrevistados, como o principal problema do país, muito à frente da “educação”, que ficou na segunda posição, com 7% de menções (PERSEU ABRAMO, 2016).

Se, como vimos, a rejeição a certas políticas públicas (como o Bolsa Família e as cotas étnico-raciais) é massiva, o mesmo não pode ser dito em relação a um ideário econômico de tipo liberalizante. Notemos que 96,5 % dos participantes do ato de 16/08/2015 se declararam total ou parcialmente favoráveis a que o Estado forneça serviços de saúde a todos os brasileiros (88,6% foram totalmente favoráveis) e 96% declararam que os serviços de saúde devem ser gratuitos (afirmação com a qual 74,3% dos entrevistados concordaram plenamente) (ORTELLADO; SOLANO, 2015b). Até mesmo a gratuidade do transporte coletivo foi, total ou parcialmente, apoiada por 49% dos manifestantes (ORTELLADO; SOLANO, 2015b).

10 No site do Partido Novo é possível encontrar um gráfico com a composição de seus fundadores segundo a profissão, no qual figuram administradores, engenheiros, advogados, médicos, economistas, empresários e arquitetos (PARTIDO NOVO, 2018). Para selecionar entre seus filiados aqueles que estão aptos a concorrer a cargos públicos, o partido promove um processo seletivo (pago) com regras fixadas em edital e avaliação das candidaturas por meio de banca. Exige-se ainda envio de currículo profissional.

11 Para o autor, além dos efeitos produzidos pela ideologia meritocrática sobre a classe média, a crítica à corrupção entre esse setor também teria motivações de ordem econômica. Sendo a burocracia estatal majoritariamente composta pela classe média, a ela interessaria que a organização do aparelho de Estado esteja formalmente baseada na competência para o acesso aos cargos públicos. Nessa perspectiva, a defesa do “burocratismo” (não apenas compatível, como também complementar à ideologia meritocrática) serviria para justificar a existência de segmentos parasitários e privilegiados incrustados no aparelho estatal (BOITO JR., 2017, p. 17).

Décio Saes argumentou sobre a existência de um “neoliberalismo de oposição” em segmentos da classe média, atraídos por um discurso de modernização da sociedade e do Estado. Nessa perspectiva, a política neoliberal é entendida como o caminho para o combate a um Estado ineficiente e corrupto, que absorve recursos financeiros do “povo” e os coloca à disposição de uma casta de burocratas e políticos profissionais. No entanto, a adesão a esse neoliberalismo de oposição não significa um apoio irrestrito a todo o programa neoliberal, uma vez que esses mesmos segmentos comumente exigem do Estado intervenção e proteção quando suas condições de vida e de trabalho estão em jogo (SAES, 2001, p. 89). De nossa parte, pensamos que uma certa ideologia neoliberal (seja “pura” ou “de oposição”) e uma ideologia de cunho meritocrático podem não apenas coexistir, como também se sobrepor. Ao preceituar a ascensão, nos planos profissional e social, como decorrência do esforço e mérito individual, o meritocratism não somente se abstém de impor óbices à noção de “livre concorrência” capitalista, como é capaz mesmo de lhe fornecer certa justificação.

Em outro momento, Saes procurou demonstrar a tese segundo a qual, no Brasil, as “camadas médias tradicionais” com destaque para os antigos “profissionais liberais”, intervieram de forma conservadora e regressiva em diversos momentos da vida política nacional. O desejo de restaurar a política como privilégio social (elitismo) e o temor da proletarização, teriam levado esses setores a apoiar o Golpe Militar de 1964 (SAES, 1985, p. 135-139). As formas ideológicas assumidas por seu discurso e orientação política (antipopulismo, anticomunismo, etc.) seriam filtradas e adaptadas de acordo com a própria conjuntura (SAES, 1985, p. 107). De forma semelhante, significativos contingentes das “novas camadas médias” emergentes durante as décadas de 1950 e 1960 (técnicos, supervisores, administradores, engenheiros, etc.), em parte, devido à sua própria situação de trabalho – balizada pelo exercício da autoridade técnica e administrativa, seja na empresa privada seja no setor público – apoiariam o Golpe de 1964 em razão da crença no caráter racional da autoridade, bem como da necessidade de uma organização hierárquica da sociedade (SAES, 1985, p. 140). Também nesse caso, os efeitos da conjuntura político-ideológica sobre esses trabalhadores não devem ser menosprezados.

Portanto, não se trata de estipular quais grupos ou categorias socioprofissionais seriam pertencentes às classes médias para, a partir daí, deduzir sobre suas possíveis práticas políticas, até porque não existe uma fronteira estanque separando, de uma vez por todas, trabalhadores não manuais e manuais ou, ainda, estabelecendo clivagens intransponíveis entre situações de trabalho, no interior das classes médias, que pressupõem maior reflexividade e autonomia de outras mais rotinizadas e tendentes à “proletarização”. Contrariamente, a análise da relação entre as classes sociais e a ação coletiva requer que se considere não apenas a estrutura de classes numa dada formação social, mas também as diferentes conjunturas políticas e as mudanças produzidas na conjuntura, isto é, que se leve em conta a articulação entre estrutura de classe e conjuntura política. Nessa perspectiva, os conflitos sociais – e a ação coletiva – devem ser entendidos como a manifestação de contradições estruturais agravadas por problemas conjunturais (GALVÃO, 2011). A seguir, avançamos uma breve leitura da recente conjuntura de crise política no Brasil,

enfocando alguns aspectos – de ordem econômica, política e ideológica – capazes de auxiliar nossa compreensão acerca da oposição de setores médios da sociedade ao ciclo dos governos petistas e que emerge, com acentuado vigor, a partir do início do segundo mandato de Dilma Rousseff.

As classes médias no ciclo dos governos petistas

A emergência de movimentos pró-impeachment, com destaque para o VPR e MBL, precisa ser entendida no interior de um contexto político específico, marcado pela crise do governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores à qual se articulou uma situação de estagnação e crise econômica. Todavia, a crise política (de governo) não está subsumida na crise econômica ou vice-versa. Na verdade, entendemos que as diferentes formas de crise (econômica, política, ideológica, etc.) possuem temporalidades e dinâmicas internas próprias e relativamente autônomas de sorte que, por exemplo, uma crise econômica numa determinada formação social não necessariamente resulte em uma crise política correspondente.

No que diz respeito à crise política (de governo) propriamente dita, destacaremos um fator que nos parece essencial em vista da discussão aqui proposta: o desgaste da relação de representação política dos governos petistas (alvo político preferencial dos movimentos acima citados) com as classes médias. Do ponto de vista do comportamento eleitoral, largos contingentes das classes médias urbanas, que apoiavam as candidaturas presidenciais do PT, deixam de fazê-lo a partir de 2006, ano da reeleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A perda do apoio eleitoral da classe média urbana (sobretudo das regiões sul e sudeste) foi compensada pela adesão de milhões de eleitores de baixíssima renda à candidatura de Lula, ensejando uma mudança significativa na composição da base eleitoral do petismo (SINGER, 2012, p. 113-114).

Para André Singer, o afastamento de significativas camadas das classes médias urbanas em relação ao petismo se deu com a chamada “crise do mensalão”, em 2005, que expôs o partido, então à frente do executivo político, a escândalos de corrupção fortemente explorados pela grande mídia. Entretanto, tal tese nos parece insatisfatória uma vez que, como o próprio autor argumenta, enquanto o “subproletariado” (a fração mais pauperizada e politicamente desorganizada no interior da classe operária) teria sido favorecido por programas governamentais de redistribuição de renda (em especial, o Bolsa Família), pela expansão do financiamento popular e pela política de valorização real do salário mínimo (a partir de 2005), simultaneamente, houve um achatamento nos ganhos da classe média diretamente dependente de serviços como escolas privadas e planos de saúde¹²

12 Serviços comumente usufruídos pela alta classe média brasileira – babá, caseiro, faxineira, lavadeira, motorista particular, auxiliar de enfermagem, passadeira, empregada doméstica, além de serviços ocasionais de construção e reparo, como pintores e marceneiros – tiveram seus preços elevados a patamares muito acima da inflação no período 2008-2013, na cidade de São Paulo. A

(SINGER, 2012, p. 142). Logo, a partir das próprias indicações fornecidas por Singer, seria possível pensar que o achatamento dos ganhos econômicos da classe média (a qual o autor trata, em geral, como homogênea), acompanhados da melhora relativa da situação econômico-social da fração subproletária, poderia ter como efeito um ressentimento político daquela.

Se é correto que parte substancial da força de trabalho brasileira aumentou sua participação na renda nacional e vivenciou uma queda significativa da sua condição de pobreza no decorrer do ciclo dos governos do PT, isso não significa que tais contingentes tenham ingressado na “classe média” ou que passaram a constituir uma “nova classe média”, tese bastante propalada durante período recente. Na verdade, parece mais exato apontarmos para uma recomposição da classe trabalhadora sob novas bases de consumo, possibilitada pela expansão dos postos de trabalho formais de baixa qualificação e rendimentos comumente alocados numa faixa não superior a 1,5 salários mínimos, ocorrida em meados da década passada (POCHMANN, 2014). De qualquer modo, vale destacar o problema da relação das classes médias com esses setores da força de trabalho que não apenas aumentaram sua participação no mercado consumidor – passando a frequentar espaços tradicionalmente ocupados pela alta classe média, como shopping-centers e aeroportos –, como também foram beneficiados por programas governamentais de redistribuição de renda e políticas afirmativas que, além de atentarem contra a “normalidade meritocrática”, acirram a concorrência por postos de trabalho no serviço público bem como por vagas nas universidades públicas.

Em que pese as diferenças entre os governos Lula e Dilma, é possível afirmar que os governos petistas deram ensejo a um novo ciclo político no Brasil, que manteve o modelo neoliberal do período anterior, parcialmente modificado por políticas com feição desenvolvimentista, o que pode ser atestado, em linhas bastante gerais, pela ação do Estado brasileiro em subsidiar grandes grupos nacionais interna e externamente, bem como pela expansão do mercado interno por meio de políticas de financiamento e crédito. Na visão de Boito Jr. (2012), esse novo ciclo – caracterizado como “neodesenvolvimentista” – expressaria o desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico, marcado pela melhora da posição da burguesia interna brasileira¹³ no interior do bloco no poder. Embora a política econômica encampada pelos governos Lula (em especial pelo segundo

lei que regulamentou a profissão de trabalhador (a) doméstico (a), sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015, criaria uma fonte suplementar de desconforto entre a alta classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2017, p. 15).

13 Partindo de indicações fornecidas por Nicos Poulantzas, na segunda metade da década de 1970, o autor define a “burguesia interna” como uma fração da classe burguesa que, em formações sociais dependentes (como é o caso do Brasil), ocuparia uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional (passível de adotar práticas anti-imperialistas) e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países. Tal fração burguesa, ao mesmo tempo que possui base própria de acumulação de capital (endógena), poderia associar-se ou assumir compromissos com o capital imperialista (BOITO JR., 2012, 67-9).

governo) tenha mantido uma orientação neoliberal reformada (com importantes concessões à grande burguesia interna), observaram-se ganhos marginais obtidos pelos trabalhadores organizados, bem como pelos trabalhadores pauperizados e desorganizados, com os quais estabeleceu, graças aos programas de transferência de renda, uma relação política de tipo populista (BOITO JR., 2012, p. 69; 73). Em meados do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o cenário torna-se bem menos favorável para a manutenção ou aprofundamento de uma política econômica com traços desenvolvimentistas.

De acordo com Singer, poder-se-ia verificar, a partir do segundo semestre de 2013, a formação de uma frente única burguesa no país – composta pelas finanças, indústria e rentismo –, em oposição à orientação macroeconômica do período anterior (o final dos anos 2012 teria marcado o auge do ensaio desenvolvimentista do primeiro governo Dilma Rousseff¹⁴). O novo bloco político burguês (unificado) contaria ainda com o apoio da “classe média tradicional” (SINGER, 2015). O contexto em que se dá esse reordenamento político da burguesia brasileira coincide com as manifestações de rua de junho de 2013 que, para Singer, acabou por converter-se (embora no seu início tenha sido bem mais que isso) no começo da onda de classe média contra o governo Dilma, que estoura em março de 2015.

Setores organizados da alta classe média, por sua vez, encontrariam terreno fértil para mobilizarem-se contra o governo. É verdade que aqueles já haviam se movimentado antes nesse sentido¹⁵, contudo, dessa vez, as mobilizações atraíram outros setores médios, adquirindo características de um movimento de massas a partir de março de 2015, com as manifestações convocadas nacionalmente pelo *Vem Pra Rua* e *Movimento Brasil Livre*, além de organizações menores. Com efeito, esses movimentos parecem ter hegemonizado a alta classe média, camada média que constitui (não é de hoje) a base social de apoio da coalizão burguesa orientada por um programa neoliberal “ortodoxo” (BOITO JR., 2013). Isso não significa que as classes médias, em seu conjunto, tenham se posicionado da mesma maneira (e do mesmo lado) durante a crise do impeachment.

14 O ensaio desenvolvimentista do primeiro mandato de Rousseff é entendido pelo autor como uma continuidade (e aceleração) do “reformismo fraco” proveniente dos governos Lula, em especial do segundo governo, que pressupunha a consolidação de um pacto político conservador, de um desenvolvimentismo feito por “cima”, para o qual o apoio da grande burguesia industrial era indispensável (SINGER, 2015).

15 Ilustrativa a esse respeito foi a emergência do “Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros”, que ficou conhecido como “Cansei”, no ano de 2007. Tendo como uma de suas lideranças o atual prefeito de São Paulo, João Dória Jr. (PSDB), o movimento elegeu como mote principal a corrupção e o “caos aéreo”. Diversos traços anedóticos e caricaturais foram registrados pela imprensa, que tendeu a ressaltar o caráter “elitizado” dos protestos que teriam contado com um público proveniente das classes “média” e “alta” (TATAGIBA *et al.*, 2015, p. 8). Ainda que o Cansei se declarasse apartidário, os atos convocados pelo movimento frequentemente desembocavam no “Fora Lula”. Um dos idealizadores do VPR participou ativamente nessas manifestações (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p. 20).

Embora não tenhamos condições de desenvolver nesse espaço uma discussão de fôlego sobre as manifestações contrárias ao impedimento de Dilma Rousseff, é importante notar que elas também contaram com um expressivo contingente oriundo das classes médias. Se tomarmos por referência as principais manifestações ocorridas em 2015 e 2016 na cidade de São Paulo, é possível notar uma sobrerrepresentação de participantes com ensino superior, se bem que em proporção inferior às manifestações anti-PT, ao passo que o nível de renda médio, superior àquele do conjunto dos paulistanos, é consideravelmente inferior em relação ao dos defensores do impeachment¹⁶. O perfil ocupacional dos manifestantes também comportou diferenças significativas, dentre as quais podemos destacar um menor número de profissionais autônomos regularizados e, principalmente, de empresários e profissionais liberais nos atos anti-impeachment, que, em compensação, contaram com um contingente consideravelmente superior de funcionários públicos. Em ambos os blocos de manifestantes, a proporção de assalariados registrados foi bastante semelhante, por volta de um terço na média, conquanto as diferenças de renda sugeriram que o perfil do assalariamento seja distinto no interior de cada grupo. Nas manifestações contrárias ao impedimento, a cor da pele esteve bem mais próxima do padrão médio paulistano (DATAFOLHA, 2018b). Também do ponto de vista ideológico e de valores, a oposição entre os dois blocos de manifestantes foi bastante nítida (PERSEU ABRAMO, 2018).

Já pudemos notar que a valorização da ideologia meritocrática é tendencialmente menos forte entre a baixa classe média do que na sua camada superior. Que setores da baixa classe média possam, em determinada conjuntura, secundarizar a ideologia meritocrática e se engajar em alguma forma de luta redistributiva é algo que encontra respaldo não somente na literatura sociológica sobre o tema, mas também em diferentes momentos da história política brasileira¹⁷.

16 Nos dois grupos, a faixa de renda familiar mensal entre 5 e 10 salários mínimos foi de cerca de um quarto dos manifestantes na média. Em contrapartida, nos atos contrários ao impedimento de Dilma Rousseff, o montante dos que auferiam renda familiar mensal inferior a 5 salários mínimos foi muito superior em relação às manifestações anti-PT que, por seu turno, contaram com uma participação bem mais significativa de aderentes nas faixas de renda superior a 10 salários mínimos (DATAFOLHA, 2018b).

17 Segundo Saes, quando do Golpe Militar de 1964, as “baixas camadas médias” se achavam essencialmente identificadas com o populismo, integrando uma frente nacionalista por reformas de base. O culto populista do Estado, típico desses setores, o percebia como “Estado-justiça”, capaz de intervir de maneira autônoma em proveito de seus interesses (SAES, 1985, p. 141-144). Principal partido surgido das mobilizações sociais pela redemocratização do Brasil, no início dos 1980, o PT guarda uma relação histórica de proximidade com a baixa classe média. Um estudioso da história do partido fez notar sua relação orgânica com a “baixa classe média”, que se desenvolve sobretudo a partir da década de noventa, período no qual o PT passa por profundas transformações, adquirindo cada vez mais um perfil socialdemocrata (SECCO, 2015, p. 61-66). Setores médios assalariados, sobretudo vinculados ao funcionalismo público, reagiram “à esquerda” após as primeiras reformas de caráter neoliberal levadas a cabo durante o primeiro governo Lula, como a reforma da previdência do setor público em 2003, episódio que está na origem da fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no ano seguinte.

Evidentemente, os dois blocos de manifestações (favoráveis e contrárias ao impeachment) foram pluriclassistas, congregando outras classes sociais além das classes médias, da mesma maneira que seria possível afirmar que setores pertencentes à camada inferior das classes médias estiveram presentes nos protestos favoráveis ao impeachment e que contingentes oriundos da alta classe média também integraram os atos contrários ao impedimento. Tais considerações, contudo, não anulam a forte sobrerrepresentação das classes médias em ambos os blocos de manifestações em vista do seu peso numérico na estrutura social do país e tampouco o fato de que diferentes setores médios compuseram, preferencialmente, campos políticos opostos: a baixa classe média foi uma força muito significativa entre aqueles que se opunham ao impeachment de Dilma Rousseff e a alta classe média entre os defensores de seu impedimento.

Analisando as manifestações contra o governo Dilma Rousseff, em 2015, convocadas por movimentos como o VPR e MBL, Cavalcante destacou o peso do histórico conservadorismo liberal da classe média brasileira e, em especial, da alta classe média, balizado por valores como a “meritocracia” e sua aversão a políticas de inclusão social. Adverte contra o risco de superestimação do impacto econômico das políticas promovidas pelos governos do PT sobre a classe média em geral, o que resvalaria numa leitura de viés “economicista”, ao desconsiderar como o componente ideológico potencializa, de forma mais aguda que o econômico, a revolta da classe média (CAVALCANTE, 2015). Assinala ainda o parentesco entre esse conservadorismo liberal, que ganha espaço no debate público, e a tradição *liberal conservative* inglesa, que tem inspirado o surgimento de grupos liberais e libertários (ou “libertarianos”) no Brasil (CAVALCANTE, 2015).

À defesa dos princípios do livre mercado, portanto, parece combinar-se um conservadorismo próprio, “à la brasileira”, tendente a naturalizar a histórica e abissal desigualdade econômico-social do país. Nessa linha, mesmo as mais tímidas medidas adotadas para promover certo grau de distribuição de renda e inclusão social enfrentam grande rejeição por parte da alta classe média brasileira. A visibilidade e projeção alcançadas, num curto espaço de tempo, por movimentos como o VPR e MBL parecem, por conseguinte, dever-se a uma justaposição entre certas disposições político-ideológicas presentes em setores das classes médias às quais se articulou uma aguda crise (econômica e política) do ciclo petista. Isso não significa, todavia, cair numa visão “espontaneísta” dos movimentos, nem tampouco desconsiderar sua instrumentalização por frações burguesas. Esse último ponto, embora certamente decisivo, exigiria uma discussão à parte.

Considerações finais

A recente crise política brasileira, dramaticamente intensificada a partir da reeleição de Dilma Rousseff, quando a pauta do impeachment passa a ser aventada, forneceu terreno fértil para a emergência de movimentos como o *Vem Pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre*. Apoiados numa plataforma econômica liberal e mobilizando um forte apelo contra a corrupção (exaustivamente vinculada ao

Partido dos Trabalhadores), tais organizações levaram às ruas um público cujo perfil socioeconômico denota uma forte extração de classe média, em especial, de alta classe média. A camada superior das classes médias tende a expressar, com aguda ênfase, uma ideologia de tipo meritocrática – tendente a justificar as desigualdades sociais com base no critério do “mérito individual” –, bem como uma visão moralizante sobre o tema da corrupção. Certas disposições ideológicas presentes na alta classe brasileira encontrariam espaço privilegiado para virem à tona no contexto da crise do impeachment, evidenciando a oposição desse setor social frente ao ciclo dos governos do PT.

Tabela: Perfil socioeconômico dos manifestantes pró-impeachment
na cidade de São Paulo/SP (em%)

		15/ 03/ 2015	12/ 04/ 2015	16/ 08/ 2015	13/ 03/ 2016	Cidade de São Paulo (28 e 29/10/ 2015)
Participantes						
Sexo	Homem	63	56 / 54,6*	61 / 57,3*	57	47
	Mulher	38	44 / 45*	39 / 42,7*	43	53
Escolaridade	Fundamental	2	3 / 2,8*	4 / 4,2*	4	27
	Médio	21	20 / 17,2*	20 / 17,5*	18	45
	Superior	76	77 / 80,1*	76 / 77,5*	77	28
Ocupação Principal	PEA	85	82	84	82	74
	Assalariado registrado	37	35	33	31	32
	Assalariado sem registro	3	1	2	2	5
	Funcionário público	4	6	7	5	3
	Autônomo regular (ISS)	11	15	13	12	7
	Profissional liberal (autônomo universitário)	7	7	7	8	1
	Empresário	14	10	13	12	2
	Free-lance/bico	4	3	3	4	12

Ocupação Principal	Estagiário/ aprendiz (remunerado)	1	0	1	0	1
	Outros PEA	0	-	1	2	1
	Desempregado (procura emprego)	3	4	4	5	8
	NÃO PEA	15	18	16	18	26
	Dona de casa	2	2	1	2	7
	Aposentado	6	11	10	11	11
	Estudante	5	4	3	4	5
	Vive de rendas	0	0	0	0	0
	Outros não PEA	1	0	0	1	1
	Desempregado (não procura emprego)	0	0	1	1	2
Renda	Até 2 S.M.	7	6 / 4,6*	6 / 6,7*	6	29
	Mais de 2 a 3 S.M.	7	8 / 4,4*	8 / 8,6*	8	23
	Mais de 3 a 5 S.M.	15	14 / 14,2*	13 / 13,8*	17	20
	Mais de 5 a 10 S.M.	27	24 / 24,3*	25 / 22,5*	26	15
	Mais de 10 a 20 S.M.	22	25 / 29,6*	25 / 28,9*	24	8
	Mais de 20 a 50 S.M.	16	13 / 20**	14 / 19,5**	11	2
	Mais de 50 S.M.	3	3	3	2	1
Cor	Branca	69	73 / 77,4*	75 / 73,6*	77	48
	Parda	20	18 / 13,3*	17 / 15,1*	15	33
	Preta	5	4 / 4,9*	3 / 5,7*	4	14
	Outra	5	5 / 4,5*	5 / 5,6*	3	5

Cidade de São
Paulo (12 e
13/08/2014)

Fonte: Datafolha (2018a).

* Fontes: Ortellado e Solano (2018a; 2018b).

† Renda acima de 20 S.M.

Referências

- BOITO JR., Armando. Classe média e sindicalismo. **Politeia: história e sociedade**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 211-234, 2004.
- _____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: _____; GALVÃO, Andréia (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 67-104.
- _____. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica Marxista**, n. 37, p. 171-181, 2013.
- _____. A corrupção como ideologia. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 44, p. 09-19, 2017.
- BONELLI, Maria da Glória. **A classe média do “milagre” à recessão: mobilidade social, expectativas e identidade coletiva**. São Paulo: Idesp, 1989.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CODAS, Gustavo; KAYSEL, André; VELASCO E CRUZ, Sebastião (Orgs.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.
- CAVALCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. **A divisão da classe média na crise política de 2013-2016** (mimeo), 2017.
- CHEQUER, Rogério; BUTTERFIELD, Colin. **Vem Pra Rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil**. São Paulo: Matrix, 2016.
- DATAFOLHA. **Manifestação na Avenida Paulista (13/03/2016)**. Disponível em: <<http://www.datafolha.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018a.
- _____. **Manifestação na Avenida Paulista (18/03/2016)**. Disponível em: <<http://www.datafolha.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018b.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 32, p. 107-126, 2011.
- GOBBI, Danniell. **Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2016.
- MILIOS, John; ECONOMAKIS, George. Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (uma abordagem crítica da teoria de classes em Nicos Poulantzas). **Crítica Marxista**, Campinas, n. 32, p. 57-84, 2011.
- MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas**. Disponível em: <<http://www.movimentobrasillivre.org>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.
- ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther (Orgs.). **Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação**. Disponível em: <<http://www.gpopai.usp.br/pesquisa>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018a.
- _____. **Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015**. Disponível em: <<http://www.gpopai.usp.br/pesquisa>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018b.
- PARTIDO NOVO. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.novo.org.br/partido>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.
- PERSEU ABRAMO. **Manifestações março – comparativo – 13 e 18 e 2015/2016**. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>> Acesso em: 21 de janeiro de 2018.
- POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAES, Décio. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). **Revista Contraponto**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 96-102, 1977.

_____. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

_____. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Classe média e escola capitalista. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 21, p. 97-112, 2005.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 102, p. 39-67, jul. 2015.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves; TRINDADE, Thiago. **CorruPTos**: um ensaio sobre os protestos à direita no Brasil (2007-2015). Campinas: Núcleo de pesquisa em participação, movimentos sociais e ação coletiva – Nepac/Unicamp (mimeo), 2015.

VEM PRA RUA. **Manifesto**. Disponível em: <<http://vemprarua.org>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

Recebido em 31/08/2016

Aceito em 25/01/2018